

Sujeitos Sociais e as Lutas Camponesas no Sudoeste do Paraná

Ricardo Callegari

Resumo: O texto pretende discutir a cerca das lutas camponesas no sudoeste do Paraná na segunda metade do século XX, 1950 a 2000, com o objetivo de analisar a atuação de diferentes grupos e sujeitos sociais nas suas formas de organização e resistência frente a expansão do capital imobiliário a partir de 1950; com o avanço da modernização e mecanização encampada pela ditadura militar, principalmente a partir da década de 70; e em um terceiro momento que é o período de “redemocratização” do Estado, que acaba por concentrar ainda mais a propriedade, através de políticas públicas voltadas para os interesses dos grandes proprietários. Discutir-se-á sobre a participação de posseiros (colonos e comerciantes), trazendo como ponto de análise a Revolta dos Posseiros de 1957, momento histórico que se torna peculiar pela vitória dos posseiros frente as companhias de terras – CITLA, Apucarana e Comercial - que se instalaram na região com apoio do grupo de Moisés Lupion e que passaram a praticar a grilagem de terra e a expulsão dos colonos. Na maioria das vezes com atos de violência praticados pelos jagunços a mando das companhias. Esta revolta possibilitou o acesso a terra por diversos posseiros e desenvolveu na região uma agricultura com base na pequena produção, algo que seria improvável, caso as companhias saíssem vitoriosas nesse litígio que buscou transformar a região em uma grande propriedade extrativista de celulose e exportadora de madeira. Para a análise no contexto da ditadura militar abordar-se-á o papel de alguns mediadores como a CPT¹, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da ASSESSOAR² que contribuíram para as lutas organizando mobilizações e ocupações além de levar informações e discussões políticas a respeito dos colonos. Enquanto que no terceiro momento trata da formação de movimentos sociais no que seria uma continuidade da luta pela terra, tendo a ocupação da fazenda Annoni, hoje Assentamento Eduardo Roduann, em Marmeleiro, como estudo de caso pois traz novamente o problema agrário como problemática histórico-social. Este momento se torna emblemático principalmente por se tratar de uma ocupação em que os trabalhadores se organizam de forma independente em relação aos movimentos sociais de luta pela terra. Estes acabam tomando uma maior organização após a ocupação. Esta ocupação em 1983 acaba por revigorar a luta contra a concentração fundiária e a conseqüente expropriação sofrida pelos colonos, contribuindo para a formação e organização de movimentos como o Mastes – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – e do MST em 1984. Estes momentos têm características próprias, pois ocorreram em períodos distintos, e seus focos também são diferentes. Assim, para uma análise deles é preciso considerar estas diferenças e buscar fontes que tratam das várias linguagens da escrita da história. Para a pesquisa foi utilizado material bibliográfico sobre o assunto, assim como fontes iconográficas, entrevistas orais colhidas tanto de ex-posseiros e de assentados.

Palavras-chave: Sujeitos sociais; Lutas camponesas; Sudoeste do Paraná.

O Presente estudo pretende discutir as lutas camponesas que ocorreram no sudoeste do estado do Paraná dentre os anos de 1950 e 2000, enfocando dois casos em especial: a Revolta dos Posseiros em 1957 e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Com o objetivo de analisar quem são os sujeitos sociais e quais são suas formas de organização e resistência. Acrescenta-se ao aspecto da resistência camponesa ao império da lei, do Estado e da modernização conservadora capitalista, que destrói e substitui a terra de trabalho pela terra de negócio, subordinada ao mercado e ao capital, a necessidade de revisar a produção historiográfica para indagar sobre como seus autores apresentam os sujeitos sociais, a existência ou não de direção e suas práticas. A disputa pela terra esteve sempre presente na história do Brasil e desde 1950 décadas os posseiros e os sem-terra são os principais agentes destas lutas, contribuindo para a formação do campesinato brasileiro no seu processo de territorialização. O estudo da questão agrária, neste caso, das lutas camponesas ocorridas no Sudoeste do Paraná, vem a ser um dos temas fundamentais para compreensão da formação histórico social daquela região, havendo em sua história recente e singular vários conflitos envolvendo a problemática da terra, como é afirmado inclusive pela revista *O Cruzeiro* em publicação de 12 de outubro de 1957, “mancha negra que se sucede com inquietante frequência na história da colonização do Paraná” e que permanece personificada na exploração através dos modelos agrícolas implantados na ditadura e a partir da década de 90 com o neoliberalismo de Collor e Fernando Henrique Cardoso. De modo especial, a Revolta dos Colonos tem maior significado pelo fato de ter sido um movimento vitorioso para os camponeses (colonos e posseiros). Afirma-se, inclusive, que foi o único caso em que os grileiros, o Estado e a grande propriedade foram derrotados. As vítimas da grilagem de terras feita pelas companhias eram migrantes, que haviam reocupado a região, na sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como afirma (GOMES; 2005) que foram expulsos pelo intenso processo de transformação da indústria e da agricultura, encontrando na frente de expansão do Paraná uma forma de recomeçar suas vidas. O mega-projeto que a CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - tinha elaborado para a região sudoeste, se vitoriosa, tornaria aquela região, praticamente num único latifúndio extrativista exportador, um dos motivos para a instalação dessas companhias é o fator jurídico indefinido pelas concessões de pagamentos para as construtoras responsáveis pelas ferrovias, num processo que as companhias de terras passaram a se considerar donas e começam a expulsar os posseiros ou exigir o pagamento das terras por intermédio da violência. As práticas de violência impostas aos colonos e posseiros pelo braço armado da CITLA, Apucarana e Comercial, sob a proteção do Governo do Paraná (sob o controle do Grupo Lupion), quando não pelos próprios agentes do governo (delegados, policiais, juízes, prefeitos e cartórios), efetivamente torna o caso emblemático. Sendo que muitos destes casos de violência eram acobertados pela polícia e os inquéritos policiais que constam são incompletos e contraditórios para não expor o envolvimento do governador que, como sócio de uma das companhias (CITLA), estava envolvido no processo de grilagem de terras. Como cantou Juca Chaves, em sua modinha “Contrabando de Café” (1968), o governador Lupion, depois de vender 1/6 das terras do Estado do Paraná, fugiu para a Europa num avião [*“Foi assim com tal pretexto | Lupion voou para lá | Depois de vender um sexto | do estado do Paraná”*]. O que é importante para a análise é que muitos colonos não contestavam o pagamento, mas legitimidade das terras que estavam sendo cobradas, ou seja, aquelas que as companhias alegavam serem delas. Há casos em que uma mesma porção de terra chegava a ser vendida para mais que um dono, caracterizando o intenso processo de grilagem de terras. A partir da reflexão de Chesneaux e de Hobsbawm e Ranger (1997) entendemos que as várias formas de registro e linguagem da história afirmam visões de mundo, inventam tradições e/ou silenciam sobre determinados temas, problemas e sujeitos (cf. POLLAK, 1988; PERROT, 1988). Por

vezes chegam a produzir um conhecimento que inventa o passado. A re-escrita da história da Revolta Camponesa de 1957, influenciada pelos projetos de presente e futuro dos autores, pelas comemorações de passagem, convertem o passado em monumento turístico e adotam escolhas seletivas às memórias e seus portadores. Analisar a historiografia representa, pois a problematização do saber histórico acerca do passado e, ao mesmo tempo, o questionamento do presente. Quando o passado passa a ser representado num monumento turístico a terra e os colonos/posseiros deixam de serem vistos como sujeitos no passado (em sua temporalidade e práxis ontológica) e no presente. O que interessa é o turismo e seu papel para o desenvolvimento local. A predominância do campo institucional e da ordem do Estado é expressiva na reelaboração da memória viva, do saber histórico e seus diversos autores e da heroização de determinados sujeitos (indivíduos, grupos, instituições, etc) e o silenciamento de outros. Verifica-se casos em que a escrita da história passa a ser vista no âmbito dos municípios e da sua posição enquanto centro ou periferia na região. Outro aspecto pode ser visto pela classificação do grau de violência praticada pelos jagunços contra colonos e posseiros. Por exemplo, a violência pode ser abordada a partir da índole dos jagunços e a suas personalidades individualizadas. Vejam que uma historiografia que trata da violência neste âmbito isenta os grileiros, as companhias imobiliárias, o grupo Lupion, quando não naturalizam aquelas práticas ao afirmarem que, à época, era assim: não havia lei, a justiça era praticada com as próprias mãos, imperava o uso da força ou com uso do Estado e a ordem social, não tinha “civilização” (PIAIA, 2004). A historiografia que trata do processo de 1957 é diversa, tendo na análise sob os sujeitos sociais um dos principais pontos de diferenças e, em alguns casos, até de divergência. A título de exemplo podemos citar o estudo do historiador Ruy Wachowicz (1987) que mantém os colonos e suas práticas na centralidade do processo; a revisão que João Bosco Feres (1990) fez, ampliando os laços e interesses dos grupos sociais e sua tecitura político-partidária; a pesquisa da Iria Gomes (1986) que situa os “blocos” dos sujeitos sociais no âmbito do espaço urbano e institucional e do campo, porém com certa hierarquia; a análise da Éverly Pegoraro (2008) que foca as ações dos meios de comunicação, enquanto sujeitos e porta-vozes. Uma das características da historiografia (seja ela resultado do ofício dos historiadores ou da reconstrução de memórias) demarca uma distensão entre os sujeitos sociais, em particular no que se refere à condição e centralidade, independentemente da posição em que estavam (colonos, governantes, jagunços, companhias, líderes comunitários, delegados, juízes, parlamentares, meios de comunicação, etc). Estas análises reproduzem uma hierarquia entre os donos-empregados, chefes-subalternos, líderes-povo, cidade-campo, grileiros-jagunços, jagunços-posseiros/colonos, dentre outras, que por vezes abstrai dos próprios colonos e posseiros a condição de sujeitos de suas práticas, tornando-os uma massa que precisava ser conduzida ou protegida. Nesta reelaboração do passado a partir do presente, como observa Jean Chesneaux (1995), percebe-se uma construção de “pioneiros-líderes” e a predominância das esferas institucionais do Estado sobre os sujeitos simples, os colonos e posseiros envolvidos no levante, ou dos agricultores atuais para com os governantes e a imprensa. Os lugares de memória reassentam, hoje, o papel central do Estado e os monumentos históricos ou os nomes de ruas ou praças passam a ter importância turístico-comercial nas cidades. Hoje, boa parte do que é produzido sobre a revolta dos colonos só pode ser compreendida se for considerada como uma re-invenção das tradições (cf. HOBBSAMW e RANGER, 1997). Estas divergências representam as próprias contradições sociais e os projetos de classes. No Paraná a luta camponesa encontra no sudoeste alguns de seus grandes momentos de disputa e de resistência e a vitória dos posseiros de 1957 marcou um momento raro e expressivo na história dos conflitos agrários recentes no Paraná, como é proposto por Éverly Pegoraro (PEGORARO; 2008), sendo as terras regularizadas após a criação do GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), que até 1973 havia titulado quase todos os móveis rurais e urbanos. Mas como o capital em sua

territorialização expropria mais do que regulariza, o processo de modernização conservadora da agricultura, ocorrido durante as décadas de 1960 e 1970, produziu uma transformação significativa no campo, que implicou no avanço das relações capitalistas na produção econômica (cf. MARTINS, 1982, 1993 e 1997) e trouxe sérios problemas para os camponeses. Nesse sentido surgem diversos movimentos e ligas camponesas em todo o país, tendo a CPT uma grande importância e participação no sudoeste, se tornando uma protagonista contra os modelos de desenvolvimento econômicos desenvolvidos pelos governos militares, assim como a forte atuação da Assesoar e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que marcam um período posterior de resistência ao capital fundiário. A Assesoar surge em 1966, por influência da Igreja Católica, fundada por padres belgas que imbuídos do Concílio Vaticano II buscavam uma maior participação dos leigos na igreja e na sociedade e passaram a contribuir para a educação, formação e orientação pro campo. Porém, é quando ela rompe com a ala liberal da Igreja Católica, por volta de 1980 que estava ligada a doutrina racial cristã, é que sua atuação frente aos problemas fundiários se torna mais ativa. Sendo seus ideais influenciados pela Teologia da Libertação, que existia em quase todo o país desde 1970, ela passa a atuar junto com a CPT e discutir nas Comunidades Eclesiais de Base outras perspectivas, na maioria das vezes atentando para a importância de uma organização dos colonos para enfrentar os problemas que eram semelhantes em quase toda a região. Muitos materiais foram produzidos pela CPT e foram fornecidos aos colonos, dentre eles o Boletim Poeira que apresentava dados e discutia a respeito das diferentes formas de exclusão e exploração sofrida pelos colonos, além de debater a respeito de assuntos como as terras agricultáveis e não-exploradas que poderiam servir de manutenção para uma série de trabalhadores, dando-lhes emprego e comida um dos objetivos dos materiais produzidos era de dar voz para aqueles que não tem. Neste sentido, estas entidades passam atuar junto com os colonos e a defendê-los na busca de terra e trabalho, para esta problemática Neide Esterici (1990) contrapõe a terra de trabalho à terra de negócio, e João Bosco Feres (1990) situa as novas relações sociais, a condição do campo no contexto urbano-industrial e agroindustrial, os novos sujeitos e as novas formas de luta pela terra e frente a situação de desemprego encontrada nas cidades, agravado pela saída de um grande número de trabalhadores oriundos do campo. Em vários momentos a atuação das entidades se dá através de iniciativas de ligar a luta do campo com a cidade. O principal objeto de investigação de Feres é a vida camponesa e o novo cenário da terra e da violência no campo. Sua atenção para o papel e a função da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Assesoar na organização dos sem terra no Sudoeste demarca o campo da história e uma relação entre os vários sujeitos envolvidos. Instituições e comissões como estas que apoiaram a luta e as ocupações, porém, como alertado por Bernardo Mançano Fernandes:

A relação na articulação sempre gerou um embate político, por causa das diferentes concepções das atribuições que as partes das alianças têm no desenvolvimento da luta pela terra (FERNANDES, 1998: 59).

Em geral esses conflitos são gerados pelas diferentes posturas e concepções de luta e de resistência. Essas concepções são diversas e suas variáveis dependem do lugar em que elas se desenvolvem e das necessidades e dificuldades encontradas em cada uma delas. A luta feita no sudoeste na década de 80 e 90 que vivia um instante de crise econômica na pequena agricultura, com um grande processo de endividamento de agricultores, e com um número cada vez maior de sem terras, trouxeram diferentes formas de atuação e organização, tanto por parte da Igreja, da CPT, da Assesoar e de movimentos como Mastes e MST, algumas destas concepções eram conflitantes e demonstra a complexidade na relação com os camponeses e sem terras, ao passo que evidencia a diversa atuação destes movimentos contra o avanço do grande latifúndio. Porém, o que vale ressaltar é que o MST nasce do processo desigual do modo de produção capitalista e mesmo contando com a conjugação dessas forças políticas

recebidas, ele não é fruto dessas instituições. Ao atuar junto a elas evidencia que a luta contra o avanço da grande propriedade ganhava cada vez mais espaço e força. Considerando que as práticas destes sujeitos devem ser analisadas a partir da concretude da história, para uma análise da própria experiência dos sem terra é preciso considerar a relação entre os indivíduos, à construção do movimento e a atuação dos mediadores, sejam eles da direção do MST, da CPT, da Assesoar, dos sindicatos, dos partidos políticos e das igrejas. Somente com esta investigação poderemos nos aproximar do campo da história e dos lugares sociais dos sujeitos, desenhando as relações cotidianas mais simples (origem familiar, ascendência étnica, questões de gênero, religiosidade, trajetórias de vida, escolaridade, fonte de renda, etc.) e os enfrentamentos com o Estado e as organizações ruralistas. A permanência da luta camponesa pela terra, articulada pelo Movimento Sem Terra nos anos de 1980 representa essa referência expressiva dos movimentos sociais do campo, da capacidade de resistência, enfrentamento e defesa do modo de viver campesino contra a ordem do latifúndio e do agronegócio moderno. Sem nenhum incentivo, com pouco acesso ao crédito, com tarifas inflacionárias exorbitantes e excluídos da modernização da agricultura, os trabalhadores vêm a ocupação como forma de pressionar os governos para que dêem uma solução em relação a crise econômica e o problema agrário da concentração fundiária. Na cartilha do CEDI, organizada pela Estercei (1990) há uma reflexão que rompe com os preconceitos e o estigma “moralista” produzido sobre os sem terra que retoma o sentido da terra para o camponês. Para os sem-terra o lote de terra conquistado na luta não representa, necessariamente, propriedade ou fixação num lote. Também não significa mercadoria ou patrimônio a ser esbanjado. Estar na terra e viver a partir do trabalho na terra é seu objetivo e modo de viver que não quer abandonar, por isto é que vai à luta e se reúne aos companheiros num acampamento. A luta não é um negócio nem uma oportunidade de ganho fácil e como afirmado por outros historiadores, a decisão de ir para um acampamento e enfrentar a mão armada do latifúndio envolve uma série de fatores que expressam a condição de abandono que os trabalhadores do campo viviam. As diferentes forças do capital que atuavam não só no sudoeste deixaram um grande número de excluídos que se organizaram e combateram-nas de diversas maneiras. Tanto Feres quanto Estercei tratam da experiência da ocupação do latifúndio da Fazenda Annoni, localizada no município de Marmeleiro, em 1983, e seu significado para o movimento sem terra, pois a propriedade foi desapropriada para reforma agrária, passando por um longo período de lutas e de acampamento para isso. No ensaio de Elir Battisti também há uma reflexão sobre o caso da Fazenda Annoni. A ocupação fora feita por cerca de 600 famílias de colonos sem-terra oriundos de Santa Catarina e Paraná, sendo que a fazenda se encontrava improdutivo depois que quase toda a madeira havia sido retirada pelos proprietários. Nos confrontos da ocupação o caráter de violência imposto pelos latifúndios que em sua territorialização se utilizam dela para defenderem os seus interesses, também esteve presente acarretando na morte de um militante sem-terra, sendo que no julgamento dos acusados nenhum fora condenado ou responsabilizado pela morte, mesmo seus envolvimento sendo comprovados, o que acaba evidenciando o poder destas elites fundiárias no sudoeste. No caso do Assentamento Eduardo Roduann muitas lutas se deram para superar dificuldades como educação, saúde, alimentação, essas lutas iniciaram através de trabalhos de base, com grupos de famílias que passaram a discutir soluções e pressionar uma maior atitude por parte dos governos municipais, que muito se beneficiaram em épocas de eleição com promessas de resolver tais problemas. Devido ao intenso trabalho de oposição feito pelos partidos e forças contrárias a desapropriação e aos sem-terra, muitas rupturas e divisões se deram, sendo estes fatores aproveitados para que o assentamento destas famílias fosse inviabilizado e o processo de desapropriação abandonado. É nestas características que surge a necessidade de organização em um movimento mais estruturado, sendo organizado o Mastes e que vai realizar várias ocupações, manifestações, passeatas e discussões como forma de pressionar as forças locais e

estaduais para que se desapropriasse a fazenda e para que passassem a atender as reivindicações dos assentados, pequenos agricultores e sem-terra. Quando se consegue o assentamento, outras demandas se tornam necessárias e outras lutas se desdobram. A área é desapropriada somente em 1998 sendo feito a regularização fundiária, permanecendo algumas propriedades maiores que outras o que causa debates até hoje no interior do movimento, pois a própria desigualdade da divisão levanta problemáticas à respeito da terra e dos problemas inerentes que vieram para as famílias que ficaram com lotes onde, devido as características geográficas da região, possuíam pouca área produtiva. Muitos eram obrigados a abandonar o lote de terra após um longo período de lutas e dificuldades e, na maioria das vezes, buscavam nas cidades outras alternativas. Fatos como estes eram utilizados pela imprensa e por partidos políticos contrários a luta pela terra para dividir o movimento e a atuação das famílias em uma defesa clara da propriedade privada e improdutiva. Podemos perceber através disso que a atuação de diferentes sujeitos sociais frente à expansão e territorialização do capital fazem parte da história regional, tendo em momentos como da Revolta dos Posseiros de 1957 e do Assentamento Eduardo Roduann e na organização e atuação de movimentos sociais, entidades, instituições, associações e pastorais grandes exemplos desta luta no sudoeste. Fruto destes enfrentamentos é a permanência de uma agricultura de pequena produção e que fornece um grande contingente de pessoas para outros locais do estado e contribuindo para a territorialização da luta pela terra no Paraná.

Referências Bibliográficas

BATTISTI, Elir. “As Disputas pela Terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX” In: *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. v. 1, n. 2, Agosto/2006, p. 65-91.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BONIM, Anamaria Aimoré *et alli*. *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba: Scientia et Labor / Ed. Da Universidade Federal do Paraná, 1987.

BRENNEISEN, E. C. *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHESNEAUX. *Devemos fazer tábula rasa do passado? – sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

DAMBROS, Vanderlei; ZANELLA, José L.; LENOCH, Marta W.; RAFAGNIN, Justino. *1957-1959: a Revolta dos Colonos*. Francisco Beltrão: Grafit – Gráfica e Editora Ltda., 1997] (De Olho no Passado e Pés no Futuro, 40 Anos).

DIAS, Edson dos Santos. *Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (Des)Integração do Oeste-Sudoeste paranaense*. Presidente

- Prudente: UNESP - Presidente Prudente/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. (Tese de Doutorado em Geografia).
- ESTERCI, Neide (apres.). *Terra de Trabalho e Terra de Negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.
- FERES, João Bosco. *Propriedade da Terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam/Países Baixos/Holanda: CEDLA, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. 3. ed., Curitiba: Criar Edições, 2005.
- IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no Campo - Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda., 1998.
- LEÃO, Rubem Murilo. “Tensões Sociais na Frente de Expansão: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná – 1940/1970” In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone / Campina: Editora da UNICAMP, 1985. p. 186-228. 21
- LOPES, Sergio. *O Território do Iguaçu no Contexto da Marcha para Oeste*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____; *Expropriação & Violência: a questão política no campo*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____; José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MENDONÇA, Sonia Regina. *A Classe Dominante Agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PEGORARO, Éverly. *Dizeres em Confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2008.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História - operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PIAIA, Vander. *A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Niterói/RJ: UFF/Programa de Pós-Graduação UFFUNIOESTE, 2004. (Tese de Doutorado em História).
- POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento e Silêncio” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FVG, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICCEER, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SALGADO, Sebastião. *Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. São Paulo: USP/Programa de Pós-Graduação em História Social, 2002. (Tese de Doutorado em História).

STÉDILE, João Pedro (coord.). *A Questão Agrária Hoje*. 3. ed., Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 2002.

THOMAZONI, Ivo. *50 Anos Revolta dos Posseiros 1957 – 2007: resgatar o passado de lutas para valorizar a liberdade do presente*. 2. Ed.; Prefeitura de Pato Branco, 2007. (Revolta dos Posseiros 50 Anos).

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. 3. reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAZ, Raul. *Lupion: a verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986.

VIEIRA, Maria do Pilar (org.). *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1998.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste do Paraná*. 2 ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987a.

_____; *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1987b. 22

DESER. *Territórios Rurais no Paraná – participação e desenvolvimento*. Curitiba: Produção: Projemix/ Quem TV. 18 minutos. DVD-rom.

CHAVES, Juca. “*Contrabando de Café*”. [1986] (Músicas Proibidas)

¹ Comissão Pastoral da Terra

² Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural